



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCANENA

EDITAL

SILVESTRE LUCIANO GONÇALVES PEREIRA, Presidente da Assembleia Municipal de Alcanena:

Faz saber, em cumprimento do determinado art.º 56.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se resumem no seguinte, as deliberações tomadas por este Órgão Deliberativo, na sessão ordinária de **24 de julho de 2020**, destinadas a ter eficácia externa:

- Aprovado o Voto de Pesar pelo falecimento de Jocelino Godinho Ribeiro.
- Aprovado o Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Miguel Carvalho Pedro.
- Aprovada a Recomendação à Câmara Municipal, apresentada pelos eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária, na qual se propõe a isenção das taxas aplicáveis aos mercados e feiras semanais que se realizam em Alcanena e Minde, até ao final de dois mil e vinte.
- Tomado conhecimento da Informação escrita da Sr.ª Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, respetiva Situação Financeira, Relação de Processos Judiciais em curso.
- Aprovada Ata n.º 2/2020, da Sessão Ordinária, realizada no dia 05/06/2020.
- Aprovada, de acordo com o disposto na alínea b), do número um do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a isenção de pagamento da frequência nas Piscinas Municipais de Alcanena, por motivos de incapacidade física e insuficiência económica, comprovada pelos Serviços Sociais do Município. A isenção é extensível a um acompanhante, pois comprovadamente a requerente não tem autonomia para frequentar sozinha as piscinas.
- Ratificada, de acordo com o disposto na alínea b), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a isenção do pagamento das taxas de ocupação dos terrados da Feira Semanal de Alcanena, durante o mês de junho de dois mil e vinte, considerando que a Feira encerrou a dezassete de março de dois mil e vinte, tendo os feirantes pago a totalidade das taxas referentes ao mês de março e apenas reabriu a três de junho de dois mil e vinte.
- Aprovada, de acordo com o disposto na alínea b), do número um do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, a isenção do pagamento das taxas de ocupação do terrado do mês de julho de dois mil e vinte, referente ao lugar número quarenta e quatro, na Feira Semanal de Alcanena, por a feirante que ocupava aquele lugar não ter comparecido em nenhuma feira do mês de junho e ter desistido do mesmo, por motivos de saúde e devido à situação de pandemia provocada pelo COVID-19 que o país atravessa.
- Ratificada a aplicação de uma redução de cinquenta por cento à renda devida pela empresa Ibero Life, Limitada, nos contratos celebrados com o Município de Alcanena, em virtude de:

- No dia quatro de abril de dois mil e vinte, ter sido solicitada, por parte do titular, a antecipação do termo do Contrato Concessão;

- No dia vinte de maio de dois mil e vinte, ter sido solicitado por parte do requerente, ao contrário do anteriormente referido, o desejo em manter o contrato de concessão até à data previamente definida, trinta de setembro de dois mil e vinte, informando, contudo, que, devido às medidas restritivas em vigor, apenas mantinha em funcionamento o Quiosque, para venda de gelados, bebidas, bolos, sandes e cafés;

- A Câmara Municipal de Alcanena, ter deliberado, na sua Reunião realizada em um de junho de dois mil e vinte, que não pretende renovar o contrato de concessão acima mencionado, pelo que o mesmo caducará no seu termo normal, sendo o último dia de vigência o dia trinta de setembro de dois mil e vinte, facto comunicado por Ofício, em carta registada, a três de julho de dois mil e vinte.

- O Restaurante estar encerrado, por imposição da legislação e das diretivas emanadas pela Direção-Geral de Saúde e pelo Governo Português, durante o Estado de Emergência, no âmbito da Covid-19;

- A exploração do equipamento se tornar economicamente inviável face à redução em cinquenta por cento da taxa de ocupação do espaço, de acordo com as regras do desconfinamento gradual em curso e do Estado de Alerta atualmente em vigor, nesta região.

- Apreciados e aprovados os Documentos das Contas Consolidadas do Município de Alcanena, referentes ao ano de 2019.

- Aprovadas, considerando os pareceres enviados pelas sete Juntas de Freguesia e de União de Freguesia, as transferências de competências para as Juntas de Freguesia e de União de Freguesia, conforme o disposto no número um, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, nomeadamente:

- a) A gestão e manutenção de espaços verdes;
- b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d) A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados (com exceção da feira e mercado municipal de Alcanena);
- e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- f) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico.

A transferência de recursos financeiros com vista ao exercício das competências acima referidas, será posteriormente formalizada através de um Auto de Transferência de Recursos no montante global de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), para o ano de dois mil e vinte e um, e distribuído da seguinte forma:

Freguesia / União de Freguesias	Valor	Valor a atribuir €	Valor	Valor	Valor	VALOR TOTAL	Valor Mensal
	Espaços Verdes a), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	Limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros b), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	Mobiliário Urbano c), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	Estabelecimentos Educação (40% Edifícios) e), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	Estabelecimentos Educação (60% Envolventes) f), n.º 1, art. 2 - Lei 57/2019	A ATRIBUIR	
União das Freguesias de ALCANENA e VILA MOREIRA	22 381	45 236	11 122	3 364	5 046	87 149	7 262
BUGALHOS	17 724	27 106	8 990	841	1 261	55 922	4 660

União das Freguesias de MALHOU, LOURICEIRA e ESPINHEIRO	36 356	59 895	18 955	2 103	3 154	120 463	10 039
MINDE	25 593	45 042	8 978	6 728	10 092	96 433	8 036
MOITAS VENDA	9 330	18 701	4 333	841	1 262	34 467	2 872
MONSANTO	18 804	26 185	10 897	841	1 262	57 989	4 832
SERRA DE SANTO ANTÓNIO	11 469	23 427	8 476	1 682	2 523	47 577	3 965
Total	141 657	245 592	71 751	16 400	24 600	500 000	41 667

Aprovadas, também, ao abrigo do número três, do artigo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, as competências que devem manter-se no âmbito de intervenção do Município, conforme Proposta da Câmara Municipal sobre a Transferência de Competências do Município de Alcanena para as Freguesias, nomeadamente:

- g) A utilização e ocupação da via pública;
- h) O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo;
- i) A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;
- j) A autorização da colocação de recintos improvisados;
- k) A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição;
- l) A autorização da realização de acampamentos ocasionais;
- m) A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas.

- Autorizar a Afetação ao Domínio Público Municipal dos dois prédios urbanos a demolir, para criação de espaço de estacionamento e melhoria de acesso ao edifício dos Serviços Sociais do Município e a seguir identificados, ratificando todo o processado, nos termos do disposto na alínea q) do número um do artigo vigésimo quinto da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, na sua atual redação;

- Prédio urbano, sito na Rua da Cova, Vila de Alcanena, inscrito na matriz sob o artigo duzentos e doze, da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, proveniente do artigo seiscentos e oitenta e três, da freguesia de Alcanena (extinta), descrita na Conservatória do Registo Predial sob o número dois mil oitocentos e setenta e oito, Alcanena, sobre o qual incide o registo de aquisição a favor do Município de Alcanena pela apresentação mil setecentos e trinta e seis de sete de fevereiro de dois mil e treze;

- Prédio urbano, sito na Rua Doutor Manuel de Arriaga, Vila de Alcanena, inscrito na matriz sob o artigo cento e cinquenta, da União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira, proveniente do artigo quatrocentos e setenta e cinco, da freguesia de Alcanena (extinta), descrita na Conservatória do Registo Predial sob o número dois mil trezentos e quarenta e dois, Alcanena, sobre o qual incide o registo de aquisição a favor do Município de Alcanena pela inscrição G-Dois, apresentação um, de vinte e três de abril de dois mil e três.

- Autorizada a Assunção de Compromissos Plurianuais, referentes ao Procedimento de Consulta Prévia, APR número zero três/dois mil e vinte - Fornecimento e Distribuição Agregado de Refeições Escolares, em regime de confeção local e transportadas a quente - Ano Letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um, com consulta a todas as entidades selecionadas no Acordo

Quadro celebrado através da Central de Compras da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com o preço base a fixar para o presente procedimento, bem como o valor para efeitos da escolha e competência de autorização a despesa, de 238.493,15€ (duzentos e trinta e oito mil quatrocentos e noventa e três euros e quinze centavos), acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, para os anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um.

Atendendo ao valor do preço base fixado estima-se a seguinte Repartição de Encargos:

Ano de dois mil e vinte: 108.054,72 (cento e oito mil e cinquenta e quatro euros e setenta e dois centavos) com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, à taxa normal em vigor;

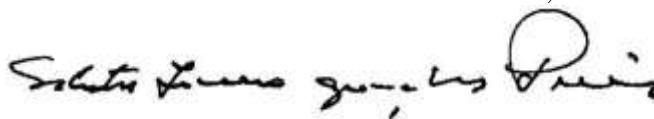
Ano de dois mil e vinte e um: 161.442,54€ (cento e sessenta e um mil quatrocentos e quarenta e dois euros e cinquenta e quatro centavos), com IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado incluído, à taxa normal em vigor.

- Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, no Período de 08/04/2020 a 03/06/2020.

E para constar, se publica o presente edital que vai ser afixado nos lugares do estilo, durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada das deliberações, conforme art.º 56.º, da citada Lei n.º 75/2013.

Paços do Município de Alcanena, de 31 de julho de 2020

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



(Silvestre Luciano Gonçalves Pereira, Eng.º)